

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2021

Aos 15 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um pelas nove horas e trinta e cinco minutos no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores secretários municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Margarida Leonardo Fortuna, Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Fraga Ferreira Machado, José Gabriel Pimentel da Silva, Luísa Maria Vieira Aguiar, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Filipe Jorge da Silva Almeida, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Marlene Santos, Rómulo de Ficher Correia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, Paulo Alexandre Silva Lima, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 27 de abril de 2021 foi aprovada por unanimidade.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se verificaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Filipe Almeida – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e ilustres vereadores, caríssimos membros da Assembleia.

Julgo ser a altura de encontrar responsáveis ou responsabilizar os técnicos do gabinete de arquitetura pelo atraso de dois anos na apresentação do projeto do mercado municipal. Temos conhecimento de algumas condicionantes que provocaram este atraso como, por exemplo, a necessidade de redução da altura do mercado em meio metro, mas a demora é bastante longa, por isso é preciso responsabilizar o gabinete em questão e porque não, aplicar-lhe até alguma multa ou outro tipo de penalização.

Um outro assunto que a bancada do PSD gostaria de ver esclarecido tem a ver com as obras da Igreja das Concecionistas e do Livramento. Perante a possibilidade de virem a ser encontrados ali alguns achados arqueológicos, pergunto por que razão não se fez um estudo arqueológico prévio. Tratando-se de igrejas, é perfeitamente natural que sejam ali encontradas ossadas ou outros objetos de interesse arqueológico.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fizesse também um ponto da situação relativamente ao Centro Interpretativo que avança a passo de caracol no que respeita a equipamentos e conteúdos.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhores vereadores, restantes membros da Assembleia.

Começando pela primeira questão, não se trata tanto de uma responsabilização da parte da arquitetura, que tem até decorrido com alguma celeridade, e o problema tem a ver com as especialidades. Quando se altera um contrato por diversas vezes devido às condicionantes que foram surgindo no mercado, a questão da responsabilidade fica bastante diluída. Não estamos perante uma situação de um contrato único, tratando-se de um processo com algum carácter de interatividade.

Durante um determinado período não foi possível adquirir os terrenos contíguos pertencentes ao Seminário e tivemos que alterar o projeto quando essa aquisição foi possível. Essa alteração foi imposta pelo dono da obra, não é da responsabilidade do gabinete de arquitetura nem das empresas da especialidade, e tudo isto fez quebrar os prazos que seriam normalmente cumpridos. Depois entrámos numa fase de diálogo com a parte da Cultura que levou a múltiplos acertos, desde cores e materiais até às questões relativas à fachada.

Houve aqui um processo interativo em que o projeto foi feito, refeito, analisado e de novo refeito, o que torna muito difícil o apuramento de responsabilidades. É uma situação desagradável que não gostaríamos que acontecesse mas temos que ser justos. Não digo que as várias empresas envolvidas estejam isentas de qualquer culpa mas a verdade é que têm muitas desculpas e há também aqui algumas responsabilidades da própria Câmara porque tivemos que proceder a algumas alterações a meio de todo este processo. Esta é uma situação

normal e recorrente quando se trata de intervenções em zonas classificadas ou quando a decisão não cabe a uma única entidade, ou seja, é preciso fazer um projeto, submetê-lo a Parecer, alterá-lo se for necessário e voltar a submetê-lo. Há aqui um trabalho de diálogo que justifica estas circunstâncias.

Apesar de ficar furibundo e esta ser uma das questões do processo que mais me aborrece, em boa justiça, não há razões para estarmos a assacar responsabilidades de forma punitiva. A Câmara e os projetistas têm que se entender, o processo está no momento final e não vale a pena estarmos a criar mais problemas nesta relação que, já de si, é difícil.

Quanto às Concecionistas e ao Livramento, em ambas as igrejas foram feitas longas e complexas campanhas arqueológicas antes e durante o projeto e também na fase de limpeza. O que está agora a acontecer é a exigência do acompanhamento arqueológico. De vez em quando começam a surgir situações que interferem com a obra em si mas o trabalho foi feito longamente sob a coordenação da entidade competente, no caso, a Direção Regional da Cultura que, desde há um par de anos, tem andado a trabalhar nestes lugares.

Se visitarem qualquer uma das igrejas verão o resultado das múltiplas escavações que foram feitas. Não foi por falta de trabalho anterior e mais uma vez estamos perante uma questão recorrente que é o acompanhamento arqueológico durante a obra que pode originar atrasos e impasses. O mesmo aconteceu com o famoso palco da Praça Velha que teve diversas paragens pelo mesmo motivo, questões que são inevitáveis quando se trata de intervenções em edifícios com estas características ou em zonas classificadas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tem funcionado muito bem, o palco?...

Sr. presidente da Câmara – O palco funciona bem, eu é que não tenho carta de condução de palco mas estou a tirar e daqui a dias estou especialista naquilo.

O Centro Interpretativo está virtualmente pronto mas não o podemos dar por concluído por razões que têm a ver com uma candidatura a financiamento e com um diálogo que tem sido complexo e difícil dentro da Associação de Municípios para se ver como é que se redistribuem os dinheiros. Chegou-se a uma conclusão há cerca de um mês, estamos a ver se isto chega ao fim e quando quisermos acabar a obra, garanto-lhe que o faremos em dois dias.

Coisa diferente é a questão do equipamento. Foi feito o projeto e sabemos o que é preciso adquirir mas a prudência diz-nos que só devemos avançar com este processo uma vez aberto o Quadro Comunitário que agora se segue porque será financiável e estamos a falar de uma despesa que andarà por volta de 1,5 ou 1,6 milhões de euros a preços atuais. Não é conveniente à Câmara pagar o equipamento a 100% quando, eventualmente, poderá pagar apenas 15%.

O Centro Interpretativo não é propriamente uma urgência neste momento; pode esperar mais um ano e faremos a devida candidatura quando for possível em função do desenvolvimento do Quadro Comunitário. A conclusão da obra é uma questão técnica e fácil de resolver, dependendo apenas destes impasses. A obra está feita e paga e gostaríamos de recuperar parte desse dinheiro.

Sr. d. m. João Santos – Bom dia senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente e Exma. Câmara, colegas deputados.

Quero deixar aqui três notas muito breves, começando por enaltecer o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a fazer com o corte, a poda e a retirada e substituição de árvores doentes, velhas ou que danificam o património, todo um trabalho notável de requalificação sujeito a diversas críticas que deveria merecer maior reparo por parte da população. Peço ao

senhor presidente da Câmara que nos forneça, se possível, o número exato das dezenas de árvores que estão a ser plantadas em Angra que vão muito além daquelas que foram retiradas. Não se está a fazer apenas um trabalho de substituição do que prejudicava a cidade, o seu património e perturbava até a circulação das pessoas. O que vemos é um plano de arborização da cidade de Angra, uma obra que já não nos passa despercebida.

Desconheço a existência de constrangimentos relativamente ao acesso de particulares à Circular de Angra com entradas e saídas de carros mas nos últimos quinze dias tive conhecimento de uma situação e presenciei uma outra que poderiam ter sido bastante perigosas. Neste momento vemos particulares a fazerem obras na via pública, cimentando e construindo lancis de passeios e rampas. Mesmo que já não haja limitações às saídas para a Circular, parecem-me um pouco desajustadas as obras de particulares na via pública.

Por último, confesso que não me tinha apercebido do seu estado porque não passo ali frequentemente, mas tem sido referido nas redes sociais um célebre prédio da Rua da Esperança em frente ao Teatro Angrense que está bastante degradado com painéis caídos, etc. Mais do que o aspeto daquilo, o que mais me preocupa são as questões de segurança, por isso peço o ponto da situação daquela obra e se existe alguma intenção de se colocar uma lona desenhada ou outra coisa qualquer com gosto e critério que tapasse aquilo porque, além de feio, oferece inúmeros perigos, estando aberto daquela forma.

Sr. presidente da Câmara – Não lhe sei dizer exatamente quantas árvores são mas estimo à volta de uma centena. Há um plano de arborizar as avenidas com Jacarandás, umas árvores de pequeno ou médio porte com um elevado valor estético, um crescimento relativamente lento e uma longevidade razoável. Têm raízes que não costumam danificar condutas ou outras infraestruturas enterradas e permitem melhorar a qualidade estética e climática daquela zona, criando áreas de sombra para que as viaturas não fiquem expostas a temperaturas muito elevadas. Se nada de mal lhes acontecer, permanecerão ali nos próximos cinquenta ou sessenta anos e o assunto ficará resolvido. O mesmo aconteceu em torno da Sé onde se procedeu à substituição das árvores por outras de grande porte com uma longevidade de cerca de um século.

Há cerca de trinta ou quarenta anos foi tomada uma opção errada com a plantação de Metrosíderos. As árvores eram uma novidade na altura e as pessoas achavam-nas interessantes mas têm raízes muito extensas que procuram a água muito ativamente e acabam por partir e penetrar nas condutas de esgoto, provocando entupimentos constantes e graves deformações no pavimento.

Sem causarmos grande escândalo, temos uma necessidade de ir eliminando todos os Metrosíderos que estão em zonas críticas. Retirámos alguns ali nas avenidas, há mais para remover junto aos Celeiros, o que tencionamos fazer talvez no próximo outono ou na primavera, e temos alguns casos mais complexos relativamente aos que existem no Alto das Covas e no Largo Prior do Crato. São árvores que atingiram um grande porte, as pessoas habituaram-se a elas e o seu abate será, com certeza, uma questão problemática, mas alguém terá que o fazer mais tarde ou mais cedo porque começam a causar danos nos prédios vizinhos.

Foram também substituídas as Amoreiras diante da escola do Alto das Covas que estavam em muito mau estado devido a uma lagarta que crescia dentro da casca. Há que fazer o mesmo àquelas que estão numa espécie de ilha no início da descida em direção à Avenida Tenente Coronel José Agostinho mas há um plano de mudança do trânsito ali, uma parte que ainda não está executada e tem a ver com a criação de uma estrutura circular para

permitir a inversão de marcha naquela zona. Nessa altura aquelas árvores terão que ser arrancadas e substituídas por outras. Uma delas, que estava em muito mau estado, partiu-se devido à última ventania, caiu sobre o trânsito e foi um problema. De um modo geral as coisas estão a correr bem do ponto de vista da arborização na cidade.

Quanto a obras na via pública, que seja do meu conhecimento, não há nenhuma alteração no acesso à Circular, porque tal não é permitido, e aquela via é governada pelas Obras Públicas. No que diz respeito à atividade camarária não é concedida nenhuma licença que tenha como objeto essa matéria muito menos a realização de obras, a não ser por parte do gestor daquela via. Decerto o senhor deputado João Santos me contará em pormenor onde isso aconteceu e hei de ir lá ver.

Sr. d. m. João Santos – Quem desce de Santa Luzia para a Silveira, ali na curva a seguir ao viaduto do Pico da Urze antes de chegar à bomba de gasolina, foi feito este fim de semana um lancil em cimento para a via rápida.

Sr. presidente da Câmara – Confesso que não dei por isso e não compete à Câmara gerir a situação, mas chamaremos à atenção do departamento competente das Obras Públicas.

A obra da Rua da Esperança já é de responsabilidade camarária e foi embargada devido a um conflito de vizinhança sobre os limites da propriedade. O embargo durou quase duas décadas até que, finalmente, o embargante adquiriu a obra embargada, ou seja, o dono desse prédio passou a ser também dono do outro. Neste momento o prédio está em vias de ser demolido porque foi feita uma peritagem à estrutura e verificou-se que, por ter estado muitos anos exposta aos elementos, não oferecia as condições de segurança para que a obra pudesse continuar. O proprietário do imóvel pediu para demolir o prédio e executar o projeto anteriormente aprovado, ou seja, terá que demolir para reconstruir. O prédio esteve cerca de vinte anos com a armadura à mostra e espera-se que, nos próximos tempos, seja iniciada a demolição e retirada daquela estrutura, seguindo-se um trabalho de reconstrução.

Um outro prédio que também tem sido notado é o que faz esquina da Rua de São João com a Rua dos Minhas Terras onde costuma haver uma tasca, sobre o qual foi emitida uma licença de construção. Espera-se assim que aquele buraco na cidade seja resolvido a breve trecho.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Na sequência das intervenções anteriores ocorreu-me uma questão de pormenor que terá alguma relevância pela sua localização e pela instituição que envolve. A Câmara Municipal, e muito bem, fez o alargamento do passeio naquele pequeno troço que liga ao Cais da Alfândega em frente àquilo que antigamente era a Guarda Fiscal, criando uma dilatação ainda maior do passeio na zona final para que as pessoas que ali circulam possam ter acesso àquela zona com maior conforto e segurança. O trabalho está bem feito mas, nessa zona que foi dilatada, embora lá esteja um sinal de estacionamento proibido, foi criado um estacionamento para deficientes. Aquele que era um passeio alargado, tem lá quase em permanência um carro estacionado por uma pessoa que, com toda a certeza, necessita daquele lugar, mas esta opção parece algo estranha nesta altura de maior procura de viagens de observação de golfinhos e baleias em que se juntam ali mais adiante residentes e forasteiros. Como se não bastasse, o passeio foi rampeado para que as pessoas com

mobilidade reduzida possam circular por ali. Ora, com aquele carro ali estacionado ninguém consegue circular, muito menos quem tiver dificuldades de mobilização.

Esta situação parece ainda mais caricata quando, naquela zona, estão reservados nove lugares de estacionamento para a GNR que tem ali o seu quartel e dispõe de um parque de estacionamento privativo para as suas viaturas. Julgo que os nove lugares serão até excessivos, porque a GNR não terá nove viaturas para estacionar ali, e um desses espaços poderia ser utilizado para o estacionamento de deficientes.

Aquele espaço criado pela Câmara e destinado a peões está mal ocupado por uma viatura que dá até mau aspeto ao local. Passo por ali todas as manhãs nos meus passeios à marina e verifico que os lugares reservados à GNR são, por vezes, ocupados por viaturas particulares. Não me consta que aquela força de segurança tenha viaturas descaracterizadas na ilha Terceira e também não me parece que os proprietários dos carros que ali estacionam sejam punidos por mau estacionamento. Tenho a certeza que qualquer um de nós será severamente punido se estacionar num daqueles lugares, o que me leva a concluir tratar-se de viaturas pertencentes a alguém com alguma proteção da GNR para poder estacionar e manter os carros ali durante o tempo conveniente. Creio tratar-se de pessoas ligadas à GNR, o que não fica bem a uma força de segurança prestigiada como aquela. Os lugares reservados pela Câmara Municipal para viaturas oficiais não devem ser sistematicamente ocupados por outras que não possuam essa designação.

Esta é uma questão de pormenor e de fácil correção que ocorre numa zona sensível da nossa cidade, agora muito movimentada, e envolve uma instituição muito prestigiada que também se deve dar ao respeito para que estas situações não sucedam. Deixo aqui esta preocupação para que a Câmara proceda da maneira que melhor entender.

Sr. presidente da Câmara – Esta questão tem um grau de complexidade maior do que parece, não me tem passado despercebida e foi já objeto de várias análises. Aquele espaço de estacionamento destina-se à GNR e à Polícia Judiciária e foi feita a elevação do passeio para permitir o acesso ao edifício a pessoas com mobilidade reduzida porque existe um regulamento próprio de acesso aos serviços públicos. Não tenho poderes de averiguação mas, teoricamente, as viaturas que lá estão estacionadas pertencerão a uma ou a ambas as forças de segurança ou aos respetivos funcionários e se qualquer um de nós lá estacionar, haverá multa em pouco tempo.

Quanto à outra situação que referiu, do meu ponto de vista foi um remédio mal feito. Para que a Prainha fosse considerada «praia acessível» era preciso criar a uma determinada distância um estacionamento para deficientes. Depois de uma busca em vários locais, encontrou-se essa solução que é manifestamente coxa. Da cancela para dentro o estacionamento é gerido pela «Portos dos Açores», que não demonstrou abertura para disponibilizar outra qualquer solução, e do lado de fora as polícias também não se mostraram disponíveis para prescindirem de um lugar. Depois, havia um lugar óbvio no Largo da Estrela diante do Beira Mar mas tinha sido concedido ao hotel pela «Portos dos Açores» quando geria aquela via. Por outro lado, havia a questão do declive, não sendo permitidas inclinações superiores a um determinado valor entre o lugar do estacionamento e a praia. Analisando todas as possibilidades, o estacionamento foi parar àquele lugar, uma solução manifestamente infeliz que carece de um melhor remédio. É esta a explicação para esta anomalia no estacionamento e procuram-se melhores soluções.

Sra. d. m. Brites Cunha – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Tenho, para o senhor

presidente da Câmara, duas questões breves e uma provocação. Começo pelo mercado municipal que tem causado alguma preocupação e curiosidade por se tratar de uma obra consensual que todos querem ver concretizada, uns mais do que outros. Percebemos as indecisões e hesitações iniciais quanto às valências e ao próprio projeto e também as responsabilidades repartidas que o senhor mencionou há pouco, mas pergunto para quando se prevê o início desta obra, se estas alterações ao projeto implicam algum tipo de atraso na sua conclusão e se isto não passará de mais uma promessa.

Visto que a época balnear teve o seu início hoje, há uma situação acerca da utilização do espaço da Silveira que começa a preocupar-me e tem merecido imensas queixas porque o ginásio está a apoderar-se de um espaço enorme que deveria estar reservado aos banhistas. Além dessa utilização excessiva e indevida, há o incómodo causado pela gritaria e pela música, por isso pretendo saber o que a Câmara tenciona fazer porque não se percebe como é que um ginásio utilizava esse espaço sem pedir nada a ninguém, presumo.

Finalmente, em jeito de provocação e para contextualizar, na Conferência de Líderes e acerca do funcionamento do palco, fiz o paralelismo com um carro descapotável, lembrando que, mesmo que não seja usada, no inverno convém abrir a capota várias vezes para não emperrar.

É preciso ir oleando a máquina, senhor presidente. Já que o senhor está a tirar a carta de palcos é preciso ir experienciando porque, se não conduzir durante algum tempo, acabará por esquecer. Gostaria de saber quando podemos fazer uma nova visita para ver o palco em todo o seu esplendor de funcionamento e verificar as suas capacidades de condução do mesmo.

Sr. presidente da Câmara – Como estou nas últimas aulas práticas de condução de palcos, em pouco tempo farei uma demonstração.

Já me tinham chamado a atenção para o problema da Silveira, foi dito que isto tinha que acabar e creio que já acabou. Não haverá mais esse tipo de utilização daquele espaço que é público e não pode ser apropriado por quem quer que seja. A época balnear no concelho começou hoje mas não da maneira como gostaria porque temos duas zonas que ainda não estão em condições. Falta uma escada na Fajã do Ficher, que deve estar a ser montada neste momento, e uma obra de grande vulto nas Cinco Ribeiras com o asfaltamento daquela plataforma em cima, o que fará com que a bandeira seja içada daqui a duas semanas.

As restantes zonas balneares abriram em pleno com estas duas notáveis exceções e este ano temos tido problemas sucessivos com atrasos em obras. Uma vez não há pessoal, outra vez falta material e mais não sei o quê e ao contrário do que é costume em que abrimos o ano com tudo direitinho, este ano temos estas duas situações. Uma poderá resolver-se num par de horas, a outra poderá demorar mais de uma semana porque é preciso escarificar aquela plataforma diante da ermida e pôr um asfalto novo, algo que deveria ter acontecido no inverno. É esta a situação relativa às zonas balneares. Mais uma vez as coisas correram manifestamente bem do ponto de vista organizativo e da montagem.

Recebemos um artigo científico sobre a Prainha que vai ser publicado e é muito engraçado. Os investigadores do Ricardo Jorge aproveitaram o trabalho de detetive que fizeram sobre o que aconteceu na Prainha em 2019 e chegaram à brilhante conclusão que a maior parte da contaminação era de cães. Aparentemente, alguém enterrou material fecal de cão ali num canto porque era demasiada quantidade para um animal sozinho fazer tal serviço. Outra coisa engraçada e misteriosa é que havia por lá também fezes de cavalo, o que nos leva

a questionar como é que o cavalo lá foi parar. O mais estranho é que não havia nenhum traço de contaminação humana, apenas de bicharada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – As câmaras de vigilância não filmaram o cão nem o cavalo?

Sr. presidente da Câmara – Nem cão nem cavalo porque nessa altura ainda não estavam. Ainda admito que um cão possa lá ir; agora, que um cavalo lá tenha ido é que o assunto é verdadeiramente complicado. Terá sido provavelmente um cavalo de duas patas.

Quanto a previsões relativas ao mercado municipal, as alterações que foram introduzidas na obra não afetam significativamente o prazo de construção porque o volume a construir é sensivelmente o mesmo. Estamos a falar em dois ou dois anos e meio de construção que será o tempo necessário para fazer a obra. O concurso está preparado para lançar, autorizado pela Câmara e por esta Assembleia, só falta mesmo a entrega do projeto revisto, o que esperamos a qualquer momento. Logo que o projeto dê entrada, o concurso será lançado de imediato.

Dado o valor da obra, trata-se de um concurso público internacional que terá os vinte e dois dias mais os dias de dilação, o que implicará de três a seis meses de concurso em que é obrigatória a revisão do projeto por um outro projetista independente. Está a ser feito esse trabalho de revisão, têm-se encontrado discrepâncias, o projeto volta atrás para corrigir e regressa para verificação. Não teremos o mercado antes de dois anos e meio depois de iniciar a obra e faltar-nos-ão provavelmente três a seis meses para a iniciarmos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e Exmos. vereadores, senhoras e senhores deputados.

A primeira das minhas questões vai diretamente para a DATAREDE que, pelos vistos, continua a operar no nosso concelho como se isto fosse tudo seu. Acrescento o número de queixas de moradores de várias zonas da cidade, sobretudo ali da zona das avenidas, com mais enfoque na Rua Dr. Aníbal Bettencourt, em que os residentes com autorização de estacionamento são multados todos os dias quando estacionam o carro ao pé de casa. Pelos vistos, o pretexto é que a DATAREDE precisa de uma qualquer atualização de dados e até que tal aconteça, vai multado todos os que param o carro ao pé de casa.

Tendo em conta o histórico de problemas, conflitos e abusos da DATAREDE um pouco por todo o lado onde temos estacionamento tarifado, pergunto que mais é preciso para acabarmos com esta situação de uma vez por todas, através de uma rescisão de contrato e do lançamento de um novo concurso para que esta empresa deixe de chatear e perseguir as pessoas com uma caça ao munícipe como mais ninguém faz em lado nenhum.

A minha segunda questão vem em jeito de brincadeira a respeito do palco da Praça Velha, lembrando um princípio da fisioterapia que diz que a ação desenvolve e a inação atrofia qualquer órgão ou função. Ora, aquele órgão já nasceu meio atrofiado...

Sr. presidente da Câmara – Está bem desenvolvido e com elevada potência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Convinha que, já que ali está, aquilo não corra o risco de funcionar em modo catapulta e o presidente da Câmara não tenha que fazer ele próprio o teste «Air Center» no local, usando o palco.

Brincadeiras à parte, gostaria de saber por que razão o início da época balnear é diferente nos dois concelhos da ilha Terceira visto que na Praia da Vitória começou no dia 1 de junho e em Angra começa hoje. O inverno foi muito rigoroso mas temos tido uns fantásticos dias de verão no final de maio e início deste mês de junho e as pessoas têm recorrido aos

banhos de mar e às zonas balneares. Não só se lamenta o que já foi aqui dito da não conclusão das obras de arranjo em todas as zonas balneares do concelho, como se questiona esta diferença de calendário no que respeita à abertura da época balnear, sabendo que os municípios variam mais ou menos nos seus lugares de lazer e de banhos e a ilha comporta-se como um todo.

Gostaria de saber se houve mudança de proprietário do hotel da Marina e para quando se prevê a conclusão daquela obra, sabendo que as galerias do piso inferior, um suposto espaço comercial que ali está, nunca ficou pronto nem foi posto a uso. É uma obra muito grande com os impactos e histórico que todos conhecemos e não vale a pena visitar. É mais um daqueles casos que nasceu torto e convém finalizar porque, torto e inacabado, é ainda pior.

Sr. presidente da Câmara – A situação referente à DATAREDE é, de facto, lamentável porque utilizam o mecanismo da multa como forma de obrigarem as pessoas a dirigirem-se ao escritório para lhes dizerem que, afinal, não foram multadas e apenas precisam de atualizar os seus documentos, o que é profundamente desagradável e ilegítimo e não deveria ser feito. Já oficiámos à DATAREDE, demonstrando o nosso desagrado e dizendo que esta situação não pode continuar. O fim do contrato com esta empresa está anunciado para o final do ano que vem, estamos ansiosos por lá chegar e mais vale esperar com paciência.

Existe, de facto, uma incongruência nas datas de abertura das zonas balneares, algo que não deveria acontecer. A generalidade dos municípios dos Açores utiliza há décadas o dia 15 de junho como data de início da época balnear e os nossos vizinhos resolveram inopinadamente mudar para o dia 1 de junho. Talvez tenhamos que os seguir ou vice-versa mas nada justifica esta discrepância de datas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Isto pode ser consensualizado entre os dois concelhos.

Sr. presidente da Câmara – Pode e deve. Nunca tinha reparado e fui um pouco apanhado de surpresa até que vi as notícias.

Não tenho condições para lhe dar informações mais profundas acerca do hotel Marina. Creio que foi concessionado e não vendido, está a decorrer uma adaptação com um novo operador e esperamos que isso leve a uma melhoria no seu funcionamento. A conclusão da obra não releva para esta alteração porque, tanto quanto sei, essa parte não está concessionada mas estou a dar-lhe esta informação com um elevado grau de insegurança.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – A Câmara é responsável pelo licenciamento e fiscalização.

Sr. presidente da Câmara – Não houve nenhuma alteração de licenciamento, o novo concessionário está apenas a operar o que lá está e ninguém se propôs fazer qualquer obra. Foi-me comunicado que havia um novo operador e não há nenhuma obra pedida para aquele imóvel.

Sr. d. m. Filipe Almeida – Além das obras que lá estão em curso, gostaria de sublinhar uma preocupação referente à zona balnear das Cinco Ribeiras, mais propriamente à rampa do porto, onde existe uma placa de betão que não é estética nem funcional e incomoda os veraneantes.

Na zona balnear do Negrito existe uma tasca do lado da rua de acesso à Pousada da Juventude. Seria importante saber em que moldes e condições essa tasca lá opera visto não existirem casas de banho de apoio ali perto. Se a tasca lá está, decerto terá algum tipo de

autorização mas seria importante saber se são cumpridas todas as regras de higiene e segurança.

Peço agora ao senhor presidente da Câmara um ponto da situação acerca da construção da Central de Camionagem e algumas informações respeitantes às Festas Sanjoaninas. O senhor presidente informou que algo será feito para que as festas se mantenham ativas e em agenda dentro das condicionantes que estamos a viver mas, tendo em conta as iniciativas das touradas de praça que correram mal no que toca às regras de segurança e do distanciamento social, pergunto se não seria mais prudente optar-se por um modelo mais defensivo, ou seja, esperando pela imunidade de grupo que está prevista para o mês de agosto e realizar algumas atividades por altura do aniversário da nossa cidade. Sei que estão previstas duas touradas de praça e alguns concertos em espaços fechados, à semelhança do que já aconteceu em que as coisas correram minimamente bem com respeito pelas normas de distanciamento e higiene incluindo as entradas e saídas, mas gostaria de deixar à consideração se não seria mais adequado optar-se nesta fase por um modelo de festas mais conservador até atingirmos a imunidade de grupo.

Como sou professor e tenho vários alunos que praticam natação, foi pena que não se tivesse aproveitado o encerramento das piscinas municipais devido ao confinamento para se realizar as obras de intervenção na cobertura e caixilharias do edifício. Sei que houve problemas com a escolha dos materiais e cabe à Câmara Municipal verificar se são os mais adequados. A lei existe, não se aplica apenas aos privados e deve ser também cumprida pelas entidades públicas.

Apesar de estarmos no verão e as pessoas optarem mais pelos banhos de mar, não podemos esquecer que há clubes de natação que tiveram as suas atividades condicionadas devido ao encerramento prolongado das piscinas municipais quando as obras poderiam ter sido iniciadas mais cedo.

Gostaria ainda de referir algumas obras urgentes na rede viária do nosso concelho, nomeadamente o atraso na construção daquele paredão de suporte da Rua Tomé Belo de Castro no Bailão. É verdade que se trata de uma obra necessária porque a estrada estava bastante frágil com sinais de abatimento mas tem vindo a condicionar a circulação, obrigando o trânsito a estrangular no Alto das Covas, por isso pergunto se há uma data prevista para a sua conclusão.

Na Conferência de Líderes que antecedeu esta sessão da Assembleia o senhor presidente referiu algumas vias municipais onde são necessárias intervenções urgentes como, o troço entre a rotunda das Figueiras Pretas e a Boa Hora e a Rua doutor Aníbal Bettencourt desde a igreja do Desterro até à rotunda da via rápida junto à Casa de Saúde de São Rafael, mas gostaria de acrescentar outros locais que se encontram em mau estado como, por exemplo, a Ladeira da Pateira desde a taberna do Roberto no início do Posto Santo, passando pelo cruzamento da Vinha Brava até à Terauto, e o troço desde o cruzamento da Vinha Brava até cá abaixo à rotunda da Casa de Saúde de São Rafael, duas vias que se encontram em mau estado e necessitam de intervenção urgente.

Sei que a Rua do Marquês já abriu ao trânsito, o que significa que em breve teremos obras de fundo na Rua do Palácio com a colocação das condutas que vêm da Miragaia até ao café Copacabana. Gostaria de saber quais as previsões para o início dessas obras.

Por diversas vezes pedimos aqui a intervenção de comissões municipais das áreas da segurança, do trânsito e da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens). O senhor presidente da Câmara respondeu que a Assembleia Municipal tem representantes nessas

comissões mas nunca ouvimos qualquer esclarecimento por parte dessas pessoas. Na última reunião da Assembleia solicitámos também a presença do presidente da CPCJ para alguns esclarecimentos acerca do relatório daquela comissão que nos foi apresentado. O senhor deputado João Santos já referiu aqui por diversas vezes as questões do trânsito e da segurança, estamos quase no final deste mandato e até hoje não veio cá nenhum membro desta comissão prestar quaisquer esclarecimentos.

Sr. presidente da Câmara – Respondendo à sua questão referente às comissões, com todo o respeito, trata-se de um assunto da organização da própria Assembleia que determinará que os membros que a representam façam o relatório que entenderem e a Câmara não tem aí palavra a dizer.

Quanto aos percursos da rede viária que o senhor deputado referiu, a Ladeira da Pateira e a Vinha Brava, são da responsabilidade das Obras Públicas onde Câmara não tem competência para exercer qualquer intervenção. O troço desde a rotunda junto a São Rafael pelo Lameirinho abaixo tem o projeto feito, estaremos em condições de lançar o concurso quando houver fundos comunitários e o mesmo acontece com as Bicas, cujo projeto também está pronto. É uma questão de melhor economia para o município.

Neste momento estamos a fazer intervenções em vários pontos do concelho tentando resolver aqueles pequenos troços mais baratos que estavam em muito mau estado, deixando estas grandes obras mais para o fim por se tratar de valores na casa do milhão de euros por cada intervenção, já que as redes terão que ser todas feitas de novo. Neste quadro comunitário não há financiamento para vias, por isso temos vindo a fazer o mínimo indispensável para manter a segurança das pessoas.

A obra da Rua do Palácio está consignada e o empreiteiro deverá começar os trabalhos esta semana. Há ainda uma questão que tem a ver com o ajuste do cruzamento para permitir um trânsito mais fácil porque fica lá um degrau um pouco excessivo que tem que ser corrigido no sentido de se iniciar a descida.

Passando à questão das Cinco Ribeiras, local que visitei ontem ao fim da tarde, está lá uma pedra que já devia ter sido removida e espero que o seja ainda hoje.

A tasca do Negrito foi autorizada porque existe uma questão idêntica ao problema do contrato com a DATAREDE. Infelizmente no passado, aquilo que seria o bar de apoio ao Negrito foi entregue a uma instituição, neste caso aos *motards* que têm lá o seu clube, e a zona balnear ficou sem qualquer acesso a esse tipo de serviços. A solução que se encontrou para permitir que os utilizadores da zona balnear no Negrito possam comprar um gelado foi o licenciamento daquele espaço que funcionará apenas durante a época balnear. Funcionou o ano passado em condições razoáveis, esperemos que este ano também assim seja. Está muito longe de ser a melhor solução, que passaria por dar àquele edifício com excelentes condições, o destino para o qual foi construído, mas este é um problema complexo que exige uma negociação que se iniciou e foi interrompida devido a outras coisas que aconteceram pelo caminho. Esperamos conseguir resolver a situação porque não se justifica que, a um edifício que foi construído de raiz para um determinado fim, esteja a ser dada outra utilização e depois se tenha que recorrer a estas soluções de manifesta má qualidade.

A obra da Central de Camionagem está consignada e já deveria ter-se iniciado. O empreiteiro tem vindo todas as semanas dizer que será na segunda-feira a seguir, esperemos que comece numa destas segundas-feiras.

A questão das Sanjoaninas e das festividades foi pesada por todos os intervenientes. Olhando para o que se aprendeu do ano passado, quando feitas dentro das regras, as

touradas podem acontecer com toda a segurança. O problema surgido numa tourada do ano anterior, nada teve a ver com o nosso município nem com a Tertúlia Tauromáquica Terceirense que é a entidade organizadora; pelo contrário, as touradas organizadas o ano passado por essa instituição foram um verdadeiro exemplo de boa gestão e de cuidado, por isso temos toda a confiança que a Tertúlia este ano volte a saber organizar as coisas com a qualidade e segurança necessárias. As críticas e os problemas que surgiram nada tiveram a ver com esta instituição, antes pelo contrário, foram uma espécie de antítese do que aconteceu na tourada por eles organizada.

Estamos todos à espera de agosto e da imunidade de grupo; quando ela chegar, havemos de fazer uma festinha e dar umas touradas aí nos caminhos. Esperamos ansiosamente que esse dia chegue e os terceirenses saberão festejar, nem que seja para fazerem a festa da saúde como antigamente se fazia. Nos anais da Câmara consta que, sempre que acontecia uma epidemia, mal chegava ao fim lá havia um dia em que se içava a bandeira da saúde e fazia-se uma grande festança. Pois, havemos de poder voltar a içar a bandeira da saúde e festejar, contando poder realizar algumas touradas à corda e de praça ainda este ano se houver interesse e condições para tal.

Este ano foi preciso organizar estas Sanjoaninas de forma muito mitigada com espetáculos onde se cumprirão todas as regras com o civismo que até agora tem sido possível demonstrar. Desde há um mês para cá entrámos numa fase de treinos, fazendo espetáculos de forma progressiva com mais gente, até agora não tem havido problemas e temos alguma confiança de que, na semana que vem, tudo correrá como deve ser.

A obra dos muros do Bailão não está atrasada, decorre com toda a normalidade dentro dos prazos contratuais e temos cerca de um mês para resolver o assunto. Nas piscinas municipais, aí sim, temos tido grandes problemas. Gostaria que esta obra tivesse ficado pronta o ano passado mas não foi possível. Mais uma vez, houve seríssimos problemas de projeto porque aquela obra tem a ver com a melhoria da eficiência energética do edifício e é financiada com esse objetivo. Tem um conjunto de exigências de certificação energética e nenhum dos projetistas da terra tinha experiência nessa área. Começámos com um projetista de cá que desistiu passados uns meses por não conseguir dar conta do recado e o projeto teve um histórico complexo até chegar à sua versão final. Houve dificuldades de conceção, dada a inexperiência que existe nestas matérias.

As questões energéticas são mal conhecidas pelas empresas de engenharia mesmo a nível nacional, particularmente quando se trata de uma estrutura com uma complexidade de uma piscina daquele tipo, razão pela qual, o projeto demorou a fazer e arrancou logo que ficou pronto. Os materiais foram escolhidos pelo projetista de engenharia essencialmente na área térmica e do isolamento térmico, de acordo com a lei e com a interpretação que eu e todos aqueles que trabalham nesta matéria, considerámos adequada.

O artigo 16.º do regulamento da zona classificada permite que estas coisas se façam com toda a legalidade por serem situações excecionais e têm a ver com o cumprimento de todos os requisitos. Infelizmente, depois da obra lançada com a anterior diretora regional da cultura e num contexto anterior, surgiu a Direção Regional da Cultura a não concordar com a forma da telha que é utilizada em monumentos nacionais um pouco pelo país inteiro e nada havia que impedisse de a usar. Como resultado dessa oposição, fomos obrigados a mudar de cobertura para uma muito pior do que aquela que teríamos. Por dentro tem que existir um material ondulado com aquela esponja no meio e uma cobertura de alumínio e depois teremos que colocar telhas em cima que o vento há de alegremente soprar porque ficam

postas em cima de alumínio liso e não imagino como se irão aguentar quando houver uma tempestade.

Foi isto que nos foi exigido, custa mais duzentos mil euros e mais quatro meses de obra. O material que estava encomendado encontrava-se disponível e estava tudo pronto e o novo material tem que ser fabricado e vir, não sei de onde, razão pela qual a obra está a andar a passo de caracol e tem uma parte descoberta que já devia ter levado a tal cobertura que não foi aprovada. Não haveria aqui qualquer violação da lei porque a legislação sobre estas matérias permite soluções devidamente consensualizadas e aprovadas para situações fora do comum e não foi esse o entendimento.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à Atividade Municipal desenvolvida durante o período de 1 de abril a 31 de maio, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A informação da Atividade Municipal acabou por ser dada, em boa parte, no Período de Antes da Ordem do Dia, até porque, entre a última e esta sessão da Assembleia passaram apenas dois meses em que as coisas decorreram com toda a normalidade.

A execução financeira tem decorrido dentro do que se esperava e estava orçamentado e não houve qualquer alteração no que diz respeito ao pessoal. As obras têm decorrido dentro da normalidade possível com alguns atrasos a assinalar na área sensível de licenciamento de obras em que temos tido algumas dificuldades, particularmente na área do urbanismo que estamos a tentar corrigir fazendo uma migração mais rápida para a total digitalização do sistema. Esta coexistência entre o físico e o digital tem-nos causado algumas dificuldades e atrasos que estamos a tentar ultrapassar. Creio tratar-se do setor da atividade municipal onde têm surgido mais problemas, pelo menos no que diz respeito ao público. De salientar também as questões já aqui focadas respeitantes à má utilização do mecanismo das multas por parte do concessionário do estacionamento, que também nos tem dado que fazer, mas creio que a situação esteja já a ser resolvida.

Como já referi, as obras têm decorrido com a normalidade possível onde aconteceram algumas anomalias, uma na zona balnear das Cinco Ribeiras, a outra relacionada com as piscinas, ambas já aqui explicadas.

As restantes obras seguem o seu ritmo normal. A Rua do Marquês está completamente pronta, a ampliação do jardim por detrás do anfiteatro do Centro Interpretativo está concluída, faltando apenas um muro para tapar junto ao edifício da Startup. A praça ali ao fundo da avenida de homenagem ao Tenente Coronel José Agostinho está nos momentos finais da sua conclusão e esperamos proceder à sua inauguração no próximo sábado.

Gostaria de informar esta Assembleia que temos neste momento cerca de oitenta obras em curso, na sua maior parte, pequenas intervenções. Algo está a ser feito em todas as freguesias deste concelho em excelente colaboração com as juntas de freguesia que têm vindo a executar muito bem essas obras.

No que respeita aos pavimentos, neste momento estamos a intervir nas zonas mais críticas e a resolver algumas obras que estavam por arranjar. Estão terminadas as intervenções na freguesia de São Bartolomeu e foi repavimentado aquele troço no alto das Veredas que atravessa a mata do Estado e estava completamente desfeito.

Vamos a caminho de iniciar um conjunto de intervenções na periferia da cidade. Aquela zona junto aos bombeiros, que apresenta grandes abatimentos, será feita quando o liceu encerrar, depois passaremos à Canada do Fainha, seguindo-se Santo António dos Capuchos e umas intervenções ali na zona de São Bento. O arranjo daquela rampa de calçada muito escorregadia na Macela na Ribeirinha, está a ser substituída por asfalto e encontra-se nos momentos finais de obra.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – A última intervenção do senhor presidente da Câmara deixou-me preocupado e muito admirado com o que se passa nas piscinas municipais. Ouvei dizer que vamos pagar uma quantia avultada para termos uma pior solução do que aquela que estava prevista. Então, porque vamos adotar essa solução? Há algo que proíba ou impeça a Câmara de avançar com a outra solução referida pelo senhor presidente, independentemente dessas últimas recomendações, ao que parece, muito pouco prudentes, que vão fazer com que tenhamos um produto de pior qualidade a um preço muito mais elevado? O que aconteceria se a Câmara avançasse com a solução que tinha, não acolhendo simplesmente o que nos é recomendado pela Direção Regional da Cultura no sentido de piorar um investimento no nosso concelho com custos elevadíssimos? Isto é absolutamente inadmissível e inaceitável. Na minha opinião, a Câmara deveria avançar com a solução mais económica que serve melhor a nossa comunidade. Depois, o que for pinho é que há de dar tabuado e logo se verá o que acontece. Fico deveras preocupado quando somos encaminhados para uma solução pior e mais dispendiosa para o nosso concelho. Acho que esta recomendação não deveria ser aceite pela Câmara nem pela população do concelho. Deixemo-nos de maluqueiras e adotemos aquilo que é razoável, racional e o melhor para o nosso concelho.

Sr. presidente da Câmara – Este assunto já foi objeto de profundo debate e discussão na Câmara e a questão é bastante difícil porque, em relação às obras do município, há entidades governamentais que têm um Parecer vinculativo e ao iniciarmos a obra de outra forma, teríamos um embargo durante muito tempo com um enorme prejuízo para a atividade das piscinas. Não consigo imaginar a piscina sem teto durante um par de anos se fôssemos para tribunal com esta questão. Infelizmente, a via diplomática que seria a mais razoável, esgotou-se sem resultado.

Sr. d. m. Filipe Almeida – Não consegui perceber onde vai ficar a empreitada do parque de atividade física e o parque canino. Caso se mantenha no mesmo espaço vamos ter complicações de cães com cães e, provavelmente, cães com pessoas. Não me vou alongar mais para não dar aso a outras ideias.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma estrutura muito pequena, uma micro obra que consiste num conjunto de caminhos feitos no chão com bagacina e madeira que serão construídos naquele terreno por detrás do campo de ténis. Quando subimos o caminho que lá está feito, virando em direção ao ténis, há ali um campo que era militar e passou para a gestão do município onde se pretende fazer essa obra. Fica numa zona bastante reservada que não interferirá com ninguém e onde o dono poderá correr à frente do cão ou o cão à frente do dono.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Voltando a um tema que tenho revisitado ao longo dos anos nesta Assembleia Municipal, lembro que continua a agravar-se o problema da dimensão das nossas zonas balneares com grande impacto em termos da orla costeira, da necessidade de estacionamento e da afluência de pessoas. Tudo isso ficou ainda mais evidente com a pandemia e com as novas regras de utilização em termos de sustentabilidade ambiental, segurança e higiene, tudo aquilo para que nos temos vindo a orientar nos tempos modernos. Surgem novas preocupações e uma delas tem a ver com a infraestruturização dessas zonas balneares de grande dimensão que obriga à criação de novos parques de estacionamento para se evitar o estacionamento selvagem nas vias públicas e a inexistência de serviços de apoio, atividades de recreio e instalações sanitárias.

O que foi aqui referido há pouco acerca do Negrito, acontece também noutras zonas balneares de maior dimensão como a Salga, começando pela distância que, por vezes tem que ser percorrida desde a área mais distante da respetiva instalação de apoio, o que poderá obrigar a investimentos na construção de novas infraestruturas num futuro próximo.

No Negrito existe uma baía com um solário de grandes dimensões que, ao que parece, está a ser ampliado para uma pontinha que ali existe no lado oposto à infraestrutura de apoio que foi construída de raiz. Talvez seja de equacionar a construção de um outro tipo de infraestrutura naquele outro lado da baía para servir quem, do outro lado, tiver uma aflição e se veja obrigado a deslocar-se às instalações sanitárias. Esta é exatamente a mesma preocupação que eu aqui trouxe há tempos relativamente ao Relvão e a outros parques infantis do concelho. O caso do Relvão não se resolve com a criação do parque de exercício canino que terá também que ser adaptado às necessidades dos desportistas que irão usufruir daquele espaço.

O passado recente leva a que, no futuro próximo, as zonas balneares tenham que ser olhadas como um dos ativos maiores da oferta turística do nosso concelho, já que os locais e os visitantes procuram cada vez mais esses espaços e não podemos continuar a remendar apenas os estragos causados pelos invernos. Terá que haver um pensamento mais aprofundado acerca dos planos de reestruturação e requalificação das nossas zonas balneares que não passe apenas pela manutenção caso a caso dos estragos causados pelo mar, inverno após inverno. Algumas zonas balneares têm sofrido intervenções de remendos sucessivos e talvez estejam a necessitar de uma intervenção mais profunda, qualificante e moderna fora da época da sua utilização.

Para concluir e também em jeito de humor, quando o senhor presidente da Câmara resolver içar a bandeira da saúde, espero que não seja recitado nenhum poema acerca de bandeiras escrito por um anterior secretário da saúde.

Sr. presidente da Câmara – Esta matéria tem merecido reflexão por parte da Câmara. Temos sete zonas balneares e três zonas de banhos, o que faz do nosso concelho, um dos que possuem o maior número de zonas. A procura tem sido imensa e o ano passado foi um ano de recordes em que todas as zonas estiveram recobertas de gente.

Em vez de ampliarmos as zonas balneares temos que começar a investir em novos acessos ao mar e tentar fazer com que as pessoas se desloquem a outros lugares. O Fanal atrai muita gente e o projeto do seu alargamento até à Silveira criará mais uma zona de acesso ao mar nas Areias Brancas. Neste momento está a ser construída em São Mateus uma zona de proteção costeira ao porto que tem associado um passeio junto ao mar que permitirá a criação de uma zona de acesso, uma obra que ficará pronta este verão. Há uma proposta para a criação de mais uma zona balnear na foz da Ribeira das Duas em São Bartolomeu,

existe uma zona interessante em São Sebastião e temos condições para abrir em pequenos locais do nosso concelho, pequenas zonas que levem as pessoas a alguma dispersão porque começa a ser desagradável ir a banhos a um lugar como a Silveira, por exemplo, em que não há um centímetro para se pôr uma toalha e está toda a gente em cima uns dos outros.

O senhor deputado tem toda a razão e partilho das suas preocupações porque temos, de facto, a necessidade de criar mais zonas. A procura tem vindo a crescer de forma sustentada, as atuais zonas balneares do concelho são insuficientes e não me parece de boa política, continuar a fazê-las crescer. A intervenção no Negrito surgiu para resolver um problema que existia todos os anos e aquele extremo tem uma zona pouco profunda muito frequentada por famílias com crianças que tinham que fazer um percurso por cima das pedras, muito escorregadio e perigoso. O que ali se fez foi simplesmente transformar o acesso a uma zona que era tradicionalmente usada por quem tem crianças e não gosta de frequentar as piscinas por razões de saúde.

Sra. d. m. Brites Cunha – Senhor presidente da Câmara, temos as Sanjoaninas à porta e uma das iniciativas que abrirão as hostilidades será a inauguração do jardim do Fanal. Segundo o que percebi, aquelas casinhas ali encostadas iriam substituir as outras que ainda estão do lado do Fanal e impedem a vista. Gostaria de saber para quando se prevê a retirada dessas estruturas para dar alguma dignidade ao espaço que será inaugurado.

Sr. vereador Guido Teles – Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, caros membros da Assembleia.

Foram já atribuídos, cinco dos oito quiosques disponíveis às entidades com direito pré existentes, ou seja, a quem já ocupava os quiosques do outro lado do Fanal. Dentro de cerca de duas semanas procederemos à hasta pública para atribuição dos restantes quiosques e contamos poder fazer dentro de pouco tempo a transferência para o outro lado.

Sra. d. m. Brites Cunha – Ao que se percebe, lamentavelmente será depois da inauguração.

Perante o que foi aqui dito acerca da tasca na zona do Negrito e do que se tem passado com a DATAREDE, acabamos por obter sempre a mesma resposta por parte do senhor presidente da Câmara. É perfeitamente atendível que se espere pelo final dos contratos em vigor mas, como jurista, estas situações fazem-me alguma confusão porque existe uma figura que pode ser utilizada que é a resolução de contrato por incumprimento da outra parte, algo a que esta Câmara nunca deita a mão. O que, basicamente se passa, é o seguinte: ganha-se o concurso, faz-se um contrato com aquela gente e as pessoas ficam confiantes que podem fazer as asneiras que quiserem enquanto o contrato vigorar porque nada lhes acontece. Isto parece-me uma má política, senhor presidente.

Por fim e num comentário feito na sequência da intervenção do senhor deputado Filipe Almeida, tenho que me pôr do lado do senhor presidente da Câmara e reiterar tudo o que referiu acerca das corridas das Sanjoaninas. No primeiro espetáculo, o festival que aconteceu o ano passado, estava toda a gente a tentar perceber a melhor forma de organizar as coisas, procurando correr os menores riscos possíveis. Decerto, nem tudo terá corrido bem mas aprendeu-se com alguns erros do passado e as coisas correram manifestamente bem. Mediante a situação que temos cá na ilha Terceira, tratando-se de um espetáculo feito ao ar livre com bilhetes pagos e sabendo-se onde as pessoas se irão posicionar, penso que a Câmara esteve muito bem ao tornar possíveis as touradas de praça, os dois únicos espetáculos que dignificam estas Sanjoaninas que, convenhamos, vão ser muito pobrezinhas.

Sr. presidente da Câmara – As Sanjoaninas são as possíveis. Quanto aos espetáculos, pois, os gostos não se discutem e haverá público de todos os tipos. Teremos todos os dias um espetáculo nesta sala do Centro Cultural e de Congressos dirigido a um público mais jovem e ao mesmo tempo haverá espetáculos no Teatro Angrense destinados a um público um pouco mais maduro. É o que é possível fazer-se face às circunstâncias da situação que vivemos e vamos ver se teremos umas festas com o máximo de qualidade.

No que respeita a questões contratuais, a quebra de contrato por incumprimento é possível mas exige exatamente isso, ou seja, a existência de incumprimento. Indo, por exemplo, à situação do Negrito que me preocupa bastante e considero extremamente incómoda, não há qualquer incumprimento porque a Câmara, em tempos, cedeu aquilo sem qualquer condição ou contrapartidas. Quem lá está, não está a incumprir rigorosamente nada e o que temos que fazer é encontrar uma solução que permita tirá-los dali e colocá-los noutra sítio. É uma daquelas coisas que não correm bem.

A situação da DATAREDE é bastante mais complexa, o assunto foi já apontado por várias vezes e até agora não temos qualquer incumprimento que seja indiciador de uma quebra de contrato, até porque estamos quase no fim e não vale a pena envolvermo-nos numa contenda judicial por poucos meses. Infelizmente, foi uma longa marcha de dez anos, nenhum de nós tem qualquer controlo da situação e não podemos fazer o tempo voltar para trás. São estas as infelizes circunstâncias destes dois casos.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 – Documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2020. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Os documentos estão organizados e integralmente elaborados de acordo com as indicações do Tribunal de Contas que constam da Instrução n.º 1/2019 de 6 de março e se encontram elencadas no anexo II.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

O balanço apresenta um ativo no montante de 169 722 476,84 € (cento e sessenta e nove milhões, setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), um património no valor de 154 672 660,88 € (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta euros e oitenta e oito cêntimos) e um passivo de 15 099 815,96 € (quinze milhões, noventa e nove mil, oitocentos e quinze euros e noventa e seis cêntimos).

– Demonstração dos resultados:

- **Rendimentos:** 22 906 540,85 € (vinte e dois milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e quarenta euros e oitenta e cinco cêntimos).
- **Gastos:** 23 469 994,50 € (vinte e três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e quatro euros e cinquenta cêntimos).
- **Resultado líquido:** 563 453,65 € (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos).

– **Demonstração dos fluxos de caixa:**

- Pagamentos: 24 337 109,36 € (vinte e quatro milhões, trezentos e trinta e sete mil, cento e nove euros e trinta e seis cêntimos).
- Recebimentos: 22 927 356,91 € (vinte e dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e seis euros e noventa e um cêntimos).

– **Mapas de desempenho orçamental:**

- Total de despesa paga: 23 799 605,85 € (vinte e três milhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos).
- Receita liquidada: 22 468 508,63 € (vinte e dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oito euros e sessenta e três cêntimos).

O saldo inicial de operações de tesouraria ascendia a 347 793,53 € (trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e noventa e três euros e cinquenta e três cêntimos), enquanto o saldo inicial de operações orçamentais ascendia a 2 483 333,15 € (dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três euros e quinze cêntimos).

O saldo final de operações de tesouraria ascende a 270 149,16 € (duzentos e setenta mil, cento e quarenta e nove euros e dezasseis cêntimos) e 5 183 863,98 € (cinco milhões, cento e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e três euros e noventa e oito cêntimos).

O órgão executivo propôs que o resultado líquido do exercício no montante de 563 453,65 € (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados: 563 453,65 € € (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos).

Sr. presidente da Câmara – A conta do ano 2020 é diferente das anteriores por duas razões: primeiro porque entrou em vigor o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas) que veio substituir o POCAL e por isso as tabelas e a forma como os dados são apresentados difere profundamente dos anos anteriores, o que torna bastante mais difícil a sua análise enquanto não nos habituarmos a este novo regime.

Habitúamo-nos à mesma estrutura de contas durante décadas mas as coisas foram alteradas. Esta conta reflete a integração dos Serviços Municipalizados na Câmara que foi feita a meio deste ano, o que leva ao aparecimento de alguns dados que, à primeira vista, parecem preocupantes, nomeadamente um aumento gigante da despesa com pessoal que não se deve a novas contratações mas ao facto de o pessoal que pertencia aos Serviços Municipalizados ter passado a ser contabilizado na Câmara, o que provocou esta distorção. Não nos assustemos porque não houve qualquer aumento da despesa com pessoal.

Aparecem também refletidos nesta conta os efeitos de duas realidades menos boas para a autarquia: a perda do IMI na zona classificada que representou uma redução de 970 mil euros na receita e as perdas resultantes das reduções nas cobranças de água, rendas e tudo que teve a ver com a pandemia que este ano totalizou cerca de 1,8 milhões de euros de despesa. Esta conta está profundamente influenciada por estas duas situações. Apesar disso, chegámos ao fim do ano com 5 454 000,00 € no banco, o que significa que a Câmara tinha reservas suficientes para aguentar esta tempestade que começou em 2020 e ainda se prolonga no ano 2021. Se não tivéssemos estas reservas, estaríamos numa situação bem pior

já que gastámos cerca de meio milhão de euros a mais do que recebemos no ano 2020, uma despesa que é absorvida pelas reservas existentes.

Esta é a última aprovação de contas nesta Assembleia Municipal e a conta de 2021 será já aprovada pela Assembleia resultante das eleições do próximo outono. Fazendo um balanço da evolução financeira do município, ao longo destes anos tivemos uma extraordinária recuperação. Sei que não devemos fazer auto elogios mas, felizmente, tivemos sempre os nossos orçamentos aprovados por todos, neste último mandato temos tido os orçamentos aprovados na Câmara por unanimidade e dessa orientação orçamental resultou uma redução quase total do endividamento do município. No fim deste ano teremos uma dívida inferior a três milhões de euros, que é muito pequena dada a dimensão do nosso município. Temos uma outra dívida excepcionada de sete milhões de euros que tem a ver com a habitação social mas o capital e os juros são pagos pelo Governo Regional. Apesar de a Câmara ser o titular da dívida, não é algo que nos deva preocupar do ponto de vista financeiro.

Graças ao esforço de todos, a nossa Câmara chega ao fim deste mandato autárquico numa situação financeira notavelmente boa. Apesar do ano menos bom de 2020 e do que está ainda a acontecer em 2021, na noite de 31 de dezembro de 2020 transitámos de ano com mais de cinco milhões de euros de disponibilidades financeiras, o que nos permite encarar este ano de 2021 com segurança apesar de continuarmos a gastar mais do que estamos a receber.

Vamos ter um exercício que também será negativo no fim do ano mas estamos muito bem dentro das reservas que temos e da nossa capacidade financeira. Lembro que esta autarquia não contrai qualquer empréstimo desde 2010, já lá vão 11 anos, e tem vindo a pagar todas as suas contas com bons prazos de pagamento e uma situação de tesouraria equilibrada e perfeitamente adequada.

No fim deste mandato a Câmara fica com uma disponibilidade de endividamento na casa dos trinta milhões e quem vier a seguir pode fazer o que bem entender porque não fica aqui nenhum passivo impeditivo do desenvolvimento do trabalho da autarquia em termos futuros. Ficamos com a autarquia desendividada e com uma reserva financeira adequada que nos permite encarar com calma e capacidade de intervenção rápida, imprevistos como este que aconteceu com a pandemia.

Chamo ainda a atenção que, no ano 2020, distribuámos cerca de quatro milhões de euros pelas juntas de freguesia e pelas diversas instituições nossas parceiras, o que permitiu a continuação das obras em todas as freguesias e que as instituições deste concelho se mantivessem adequadamente financiadas, apesar das questões que surgiram com a pandemia e a incapacidade de recolher donativos e de gerar outras receitas.

Foi também importante o investimento feito na área económica em que as medidas tomadas no apoio à economia se traduziram também numa despesa muito grande na casa do milhão de euros, o que permitiu com que as nossas empresas atravessassem este período mais difícil sem as dificuldades que teriam se o município não tivesse esta capacidade financeira no início deste processo para enfrentar os problemas da pandemia.

Termino, agradecendo publicamente a colaboração dos senhores vereadores de todos os partidos porque este foi um trabalho conjunto levado a cabo por todos nós, que nos permitiu chegar à situação em que nos encontramos.

Sr. d. m. Filipe Almeida – Gostaria de sublinhar que a oposição não deve existir apenas para a crítica fácil, apontar os defeitos e o que está mal mas também para enaltecer o que de bom tem sido feito, algo que deveria ser extensível a nível regional e em todas as áreas. Em

nome do grupo municipal do PSD gostaria de elogiar a autarquia na pessoa do seu presidente e dos senhores vereadores pelo excelente trabalho feito na gestão dos dinheiros públicos e por termos conseguido uma saudável condição financeira na Câmara. É importante não criticar apenas o que está mal e este grupo municipal associa-se a este excelente trabalho por parte da autarquia.

Sra. d. m. Marília Vargas – Quero também enaltecer a excelente gestão financeira levada a cabo por este executivo camarário, apesar do impacto negativo provocado pela pandemia e da redução da receita do IMI como referiu o senhor presidente da Câmara. Relembro também o regulamento aqui aprovado de ajuda às famílias e às empresas do concelho e o facto de se ter conseguido a amortização da dívida, resultando num saldo positivo. O sentido de voto do Partido Socialista é favorável e congratulamo-nos com o excelente trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – As situações não acontecem por acaso e são fruto de todo um percurso e de um passado. Desde sempre que o PSD procurou ser rigoroso na avaliação e na gestão das contas camarárias e não foi por acaso que este mandato e estas condições surgiram. No começo, nesse tempo de outras gestões autárquicas do Partido Socialista, a situação financeira da Câmara estava muito longe da que temos hoje, as coisas nem sempre correram assim tão bem e a oposição teve que ser feita de uma forma mais contundente, crítica e agressiva no seu modo de ação, não podendo aprovar as contas como estavam com os endividamentos e as baixas taxas de execução que existiam. Sempre nos demarcámos claramente dessa forma de atuar e de gerir.

A situação tem sido diferente neste mandato autárquico. Este executivo camarário entendeu-se e as opções foram feitas com coerência e regras de boa gestão, de aceitação das propostas e das indicações dos vereadores da oposição. Desde sempre, nos planos e orçamentos e também no que diz respeito a contas, foi possível uma aprovação dessas opções orçamentais por unanimidade ou uma viabilização através da abstenção e o primeiro critério da oposição foi sempre o da boa gestão das contas públicas. Podemos divergir nas opções políticas, que são legítimas tendo em conta as escolhas de quem governa e os programas da oposição que também foram submetidos a votos mas, a partir do momento em que o obrigatório é a boa gestão e a saúde das contas do executivo, em nome da seriedade com que nos apresentamos na vida pública, não poderíamos fazer outra coisa que não fosse a viabilização dessas mesmas contas.

Em nome da coerência, é importante este nosso relato porque nem sempre foi assim mas agora é e o nosso percurso e comportamento como oposição também legitimaram a nossa posição quando assim não foi. Quando o senhor presidente da Câmara Álvaro Meneses disse que teve um trabalho difícil é porque as coisas não estavam bem e agora estão melhores. O elogio é justo e legítimo e assumimos que a nossa parte teve e continua a ter custos políticos durante este percurso. Vêm aí as eleições e continuarão a existir diferenças políticas entre nós mas é com alegria e satisfação que vemos a autarquia com saúde financeira e condições para servir o bem comum, seja com um executivo idêntico ou com outro que venha a surgir.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Gostaria de fazer duas ou três referências acerca da execução municipal do ano 2020, desde logo, àqueles problemas que são de todos sobejamente conhecidos como a questão da consolidação, etc. Tendo sido um ano de transição, teria sido mais útil mostrar também o resultado consolidado de 2019 numa terceira coluna para não criar disparidades nos saldos das rubricas que induzem em erro quando, o que se pretende, é uma análise global do património, dos resultados e das execuções, algo que não foi feito.

Tem, de facto, havido rigor e não conheço nenhum relatório de algum ROC ou por parte de outro qualquer organismo de fiscalização dos últimos trinta ou quarenta anos que tenha apontado críticas severas às gestões camarárias. Nós aqui não fiscalizamos como os Revisores Oficiais de Contas ou o Tribunal de Contas, apenas fazemos uma análise e fiscalização da execução política.

O CDS-PP mantém a mesma posição ao longo destes anos. Reconhecemos benéfica a ausência de excesso de dívida mas defendemos que tal se deve à falta de execução dos projetos apresentados pelo elenco camarário aquando a sua candidatura. A nossa apreciação não é técnica e tem um cariz mais político porque é esse o nosso papel aqui. Olhando para as promessas de há quatro, oito anos ou mais, existe uma que está bem encaminhada, relacionada com a «carta de condução de palco», mas no que toca a muitas outras, não chegaremos lá neste mandato.

Terminadas as intervenções e após votação, os documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2020 constantes do Ponto 1.2, foram aprovados por maioria com 29 votos a favor (22 do PS, 6 do PSD e 1 da d. m. independente) e 7 abstenções (5 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 – Segunda revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma questão de natureza técnica. Com o encerramento da atividade dos Serviços Municipalizados, na transferência de ações de um plano para o outro, ficaram de fora algumas que correspondiam a despesa que estava em execução ou já executada mas que deixou de ter cabimento orçamental por omissão no novo orçamento. Pretende-se aqui fazer essa correção e reabrir estas rubricas para concluirmos esses processos e encerrar essas ações.

A Segunda Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal constante do Ponto 1.3, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (21 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.4 – Primeira alteração ao Regulamento da Startup. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles – Esta é uma alteração simples mas necessária como reação à extinção da SDEA (Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores), uma entidade parceira que fazia parte da equipa de gestão da Startup Angra. Pretende-se retirar do regulamento a menção à SDEA e à sua integração da equipa de gestão. As restantes são

alterações simples que vêm adaptar o que está previsto no regulamento àquilo que tem sido executado e foi entretanto aprovado em reunião de Câmara, como a questão da pontuação, um dos fatores considerados na avaliação das candidaturas à Startup Angra. O regulamento não previa a pontuação que era atribuída a cada um dos subfactores. Essa pontuação tinha sido aprovada em reunião de Câmara e entendeu-se aproveitar esta alteração para passar a integrar essa pontuação no próprio regulamento. As restantes alterações são de pormenor em relação aos serviços administrativos prestados pela Startup Angra. Estavam previstos alguns serviços que não fazem sentido na atual realidade como, por exemplo, um atendimento telefónico central para todas as empresas que fazem parte da incubadora Startup Angra. São feitas pequenas alterações de pormenor que são consequência da extinção da SDEA e da necessidade de adaptação do regulamento à nova realidade.

Sra. d. m. Brites Cunha – Senhor vereador Guido Teles, é verdade que as alterações que referiu são pacíficas mas o senhor não mencionou outras que me suscitam algumas dúvidas. No que diz respeito aos candidatos, na alínea c) deixa de se prever empresas já em atividade, passando a prever-se pessoas singulares. Uma vez que constam pessoas singulares na alínea a) e na alínea c), as únicas pessoas coletivas que poderão candidatar-se, serão associações sem fins lucrativos ou consideram-se apenas os empresários em nome individual?

Há uma outra questão que decorre da alínea d) do artigo 6.º em que se introduz incubação em *coworking* com outras empresas ou prestadores de serviços. Não podem candidatar-se pessoas neste registo mas podem partilhar o mesmo espaço? É preciso tornar isto coerente.

Por fim e no artigo 9.º, o que se diz é que, nos vinte dias posteriores à aprovação da candidatura, o contrato tem que ser assinado sob pena de caducidade da decisão de contratar. É bom criar aqui a salvaguarda que esse incumprimento de prazo não seja imputável ao município sob pena de existir aqui uma forma pouco transparente de passar por cima de uma decisão que é tomada pela entidade gestora.

Sr. vereador Guido Teles – A redação referente ao artigo 9.º era semelhante e não existe o objetivo de penalizar os eventuais outorgantes, os privados, por um atraso no município mas pode-se esclarecer essa questão com maior detalhe em que esse atraso não poderá prejudicar o outorgante privado. Esta referência aos prestadores de serviço era necessária porque não constava no regulamento e a intenção não é deixar de permitir que as empresas já em atividade com menos de três anos possam concorrer. O que está aqui em causa é um erro de redação no artigo 7.º porque se pretendia apenas introduzir a referência à possibilidade de os candidatos serem também prestadores de serviços já em atividade. Terei isto em conta na reformulação da redação, ou seja, a alínea d) do artigo 7.º anterior é para manter.

A Primeira Alteração ao Regulamento da Startup constante do Ponto 1.4, foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.5 – Desafetação de parcela sita no Largo Miguel Corte Real do domínio público e subsequente integração no domínio privado, considerando que a mesma deixou de ter as características que justificam a sua permanência no domínio em que se encontra. Para

aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma questão antiga, à qual se está a tentar dar uma solução. Tínhamos duas situações menos boas de ocupação do domínio público, uma era ali em São Pedro e está resolvida porque se tratava de uma estrutura facilmente desmontável. A outra situação acontece no largo por debaixo do hotel Beira Mar. Oficialmente está classificada como esplanada mas o que lá está é uma estrutura feita em betão que não é esplanada coisa nenhuma. A obra não foi feita clandestinamente, está diante dos olhos de todos, os executivos camarários foram tendo uma tolerância excessiva para com esta matéria e tenho que pôr também o *mea culpa* nesta questão. Do ponto de vista económico e do investimento público na cidade, a demolição daquela estrutura traduzir-se-ia numa redução muito substantiva do seu valor, criando sérias dificuldades à possibilidade da sua reaberta no sentido de gerar emprego e revitalizar a economia do concelho que é aquilo que todos pretendemos.

Havia aqui uma escolha difícil entre o que seria a legalidade pura e dura, optando-se por deitar aquilo abaixo, e o interesse público e coletivo que aponta necessariamente no sentido de se criar condições para que aquele hotel volte a abrir. É nesse contexto que surge esta proposta que tem duas componentes, uma dizendo respeito à Assembleia Municipal, a outra da competência da Câmara. À Assembleia Municipal compete a desafetação de um domínio para o outro, cabendo à Câmara a fixação do preço da venda do terreno desafetado. O que se coloca perante a Assembleia Municipal é a transferência daquela área de cerca de 80 m² do domínio público para o domínio privado do município para que seja possível a sua alienação e o proprietário daquele prédio possa legalizá-lo de maneira a poder vendê-lo ou dar-lhe o destino que entender.

Peço aos senhores membros da Assembleia que não se preocupem com a fixação do preço que foi feito por um avaliador mas é discutível e será debatido em reunião de Câmara. Aqui estamos apenas a solicitar à Assembleia Municipal que autorize a transferência de um bem do domínio público para o domínio privado do município.

Sr. d. m. Filipe Almeida – Não sendo da nossa competência a fixação do preço, estamos a falar de uma área com cerca de 77 m² mas existe um piso térreo que era ocupado pela antiga receção do hotel Beira Mar e um piso superior onde existia a esplanada. Assim sendo, estamos a falar de cerca de 150 m², o valor de 21 mil euros que está proposto para a venda daquele espaço é demasiado simbólico e pode abrir graves precedentes na nossa cidade, levando a futuras pretensões de alargamento de outras áreas para o domínio público. Imaginemos, por exemplo, que o Café Aliança, que agora está espetacular, pretende invadir a área próxima da Praça Velha, pagando apenas 21 mil euros? Podemos estar aqui a passar um cheque em branco e para isso não contem com o PSD. O assunto não é da nossa competência mas chamo a atenção para a discussão e reavaliação deste valor em reunião de Câmara para não correremos o risco de surgirem situações semelhantes.

Sr. presidente da Câmara – Partilho esta preocupação porque não queremos que se repita este tipo de ocupação abusiva do espaço público. Creio não ter acontecido tal coisa nesta última década e esperamos que jamais volte a acontecer porque isto implica uma redução do valor daquilo que é propriedade de nós todos. Podem contar com todo o rigor da Câmara para que isto não volte a acontecer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Houve uma altura em que valia tudo menos arrancar olhos.

Sr. presidente da Câmara – Pois, quero ver se continuo com os meus no lugar certo durante mais algum tempo.

É um pouco difícil pronunciar-me acerca do valor daquele espaço que foi obtido nos termos legais junto de um avaliador que avaliou apenas a área ocupada, partindo do princípio que a construção que lá estava tinha sido feita pelo proprietário, por isso se trata apenas do valor do chão. Como já disse, o valor é debatível e fica aqui o meu compromisso de que discutiremos profundamente essa questão em reunião de Câmara.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em aparte, qual é o valor do chão público numa zona classificada quando ocupado naquelas circunstâncias? Na nossa opinião não pode ser o valor de um carro pequeno; tem que ser um valor um pouco mais elevado.

Sr. presidente da Câmara – Provavelmente. Em aparte, eu diria que parece manifestamente pouco para aquilo que é mas o espaço foi avaliado por alguém devidamente certificado e dentro das regras da sua profissão. Poderemos pedir uma segunda opinião a um outro avaliador e comparar valores, o que não podemos é vender abaixo do valor da avaliação; podemos vender acima mas essa é uma situação que será debatida pela Câmara.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – O espaço foi avaliado como sendo uma parcela de imobilizado mas não está desafetado de outro, ou seja, não é uma área autónoma para ser avaliado daquela forma. A avaliação deve ser feita numa ótica de negócio e do acréscimo do valor que proporciona ao seu detentor versus o custo da demolição.

Sra. d. m. Marília Vargas – A nossa preocupação vai também no sentido da abertura de um precedente. Pelo pouco que percebo disto, se existe uma avaliação não se pode mexer muito em relação ao valor do imobiliário.

Sr. presidente da Câmara – Pode mexer-se para cima.

Sra. d. m. Marília Vargas – Agora é importante saber que medidas a Câmara poderá tomar para que não voltem a acontecer casos semelhantes.

Sr. presidente da Câmara – A lei é clara a respeito destas matérias e quem autorizar este tipo de situações incorre em responsabilidades financeiras e criminais. Legalmente não há nenhuma forma de tal acontecer e a única entidade com competência para desafetar do domínio público para o domínio privado do município é esta Assembleia. Nem que se trate de um só metro quadrado, o assunto tem que vir à Assembleia Municipal para que a sua desafetação seja autorizada. É o que está fixado na lei e deve ser cumprido.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta que o espaço vai ser alienado e remodelado, porque não, assumir a existência ali de uma construção ilegal, uma invasão da via pública sem precedentes que não pode repetir-se e que o exemplo seja a demolição e reposição do original naquele espaço, tendo em conta o atual contexto de alienação e requalificação de uma unidade hoteleira que ali está a acontecer?

Estamos aqui a decidir como se, de um facto consumado se tratasse e nada mais houvesse a fazer. Duvido que algum outro privado em qualquer outra circunstância tivesse a possibilidade de fazer algo do género. Estou convicto que tal nunca aconteceria com a aprovação da Câmara, da Direção Regional da Cultura ou de qualquer outra tutela. Ninguém permitiria a invasão de qualquer praça ou outro qualquer espaço deste município ao abrigo de qualquer interesse, por muito bom que fosse. Porque não, repor a legalidade com a traça

original do edifício? Dou o exemplo da Adegã Lusitânia que desmantelou aquela estrutura em madeira que, apesar de provisória, esteve a ocupar uma rua de forma permanente durante muito tempo.

Sr. presidente da Câmara – De vinte para trinta anos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Como disse há pouco, durante algum tempo, pelos vistos tudo era permitido em Angra. Para trás o mal está feito e não pode ser remediado mas, mudando o contexto e imperando o bom senso que todos defendemos, porque não fazer esta discussão de outra forma? Isto de assumir que, o que está mal, remediado está e arranja-se aqui um valor porque passou a haver uma câmara municipal que decidiu que estava bem outra vez e uma assembleia municipal que votou, fazendo com que, aquilo que não podia ser permitido, passe a ser legal e tudo fica bem, é algo que não me deixa ir para casa dormir descansado.

Sr. presidente da Câmara – Creio que se deve tentar encontrar aqui algum equilíbrio e nenhum de nós está a dizer que está bem. Perante a minha intervenção e as manifestações dos senhores deputados que falaram no assunto, ninguém está a dizer que está bem e estamos todos a censurar o que aconteceu. Contudo, a nossa missão aqui é a defesa do interesse público, em particular da nossa comunidade, porque é para isso que estes órgãos existem e é nessa visão que nos temos que movimentar. Decorridos tantos anos, a verdade é que aquele edifício deve ser restituído à sua atividade económica para gerar emprego e ajudar a resolver parte dos problemas que a nossa comunidade também sente.

Estamos perante uma avaliação que não é simples e existe uma clara censura do que aconteceu. É preciso não esquecer que a primeira responsabilidade nem sequer é do proprietário, mas sim da Câmara. Mesmo que aquilo tivesse sido construído durante a noite, de manhã alguém teria reparado. A censura dirige-se essencialmente à Câmara e não ao proprietário e a questão deve ser resolvida pela Câmara com a autorização da Assembleia Municipal, tendo em conta o interesse público que é o que aqui nos move. Do meu ponto de vista, devemos claramente passar à frente, censurando obviamente a ação da Câmara a respeito do que aconteceu e não deveria ter acontecido.

Sra. d. m. Marília Vargas – Mais uma vez, reforçamos a censura em relação ao que aconteceu mas é preciso ponderar bem os riscos/benefícios desta decisão e da proposta apresentada pelo deputado Luís Rendeiro para seguirmos os meios legais, punindo quem de direito pelo erro cometido, mas podendo ficar sujeitos a enormes atrasos que normalmente surgem por essa via, levando eventualmente a que o edifício acabe abandonado, devoluto e degradado. Não podemos esquecer que se trata de um edifício enorme no centro da cidade que não se pode comparar à Adegã Lusitânia e o objetivo é torná-lo operacional o mais rapidamente possível. Tudo isto também me custa e não gosto nada de pensar que o crime compensa mas temos que ser objetivos, seguir a linha de pensamento do senhor presidente da Câmara e procurar pôr aquilo operacional para gerar empregos e incentivar tudo o que nos atraia turismo porque é o que mais precisamos neste momento.

Sr. presidente da Câmara – Faço minhas as palavras do senhor deputado Luís Rendeiro porque o crime não deve compensar e custa-me que isto tenha chegado a este ponto mas não podemos culpar o proprietário pelo que aconteceu. Temos que censurar a Câmara pelo que foi feito porque aquela estrutura esteve ali à vista de toda a gente durante os últimos vinte e tal anos...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Há histórico. Houve quem denunciasse, houve quem fizesse debate público...

Sr. presidente da Câmara – Houve tudo isso mas quem não agiu, deveria tê-lo feito. Foram violadas algumas normas elementares da boa gestão da coisa pública, uma realidade que nenhum de nós deve ignorar, e estamos perante uma situação em que o mal feito prescreveu há muito mas tem a nossa censura. Para bem de todos, temos que resolver a situação de um edifício que não pode continuar assim, fazendo votos firmes para que algo semelhante jamais volte a acontecer.

Findas as intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria com 21 votos a favor (18 do PS e 3 do PSD), 6 votos contra do PSD e 9 abstenções (3 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. Independente).

Sr. d. m. Filipe Almeida (numa declaração de voto) – Gostaria de justificar o voto contra que se deve apenas ao valor da parcela em questão e não à necessidade de resolver a situação daquele edifício. Sei que não está em causa a questão do valor, mas está implícito.

1.6 – Correção material à suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo e estabelecimento de medidas preventivas por apresentar erros materiais, designadamente, as plantas à escala 1:2000, alterando-as para a escala 1:5000. Para aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto do n.º 2 do artigo 129.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de agosto.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de um documento que foi aqui aprovado mas, infelizmente e por culpa da Câmara, continha um erro. O texto fala numa escala 1:5000 e a planta publicada em anexo referia 1:2000. Está-se assim a substituir a planta 1:2000 por 1:5000 para que fique o texto a bater certo com o anexo.

Sr. d. m. Filipe Almeida – À semelhança do que tem sido referido por diversas vezes nesta Assembleia e embora neste caso, se trate apenas de uma mudança de escala, chamo mais uma vez a atenção que não podemos estar constantemente a suspender PDM's sempre que der jeito a alguma instituição de utilidade pública e tal não é possível quando se trata de um privado. O PDM está a ser revisto mas temos que avançar mais rapidamente porque não podemos estar constantemente a cair neste erro. Dá jeito a esta ou àquela entidade, vamos suspender e quando um particular precisa, não pode porque o PDM não o permite.

O documento constante do Ponto 1.6 foi aprovado por unanimidade.

1.7 – Comunicação da TERAMB, EM, respeitante à submissão da avaliação das condições contratuais do empréstimo a longo prazo aprovado pelos municípios em dezembro de 2020. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa para apreciarmos em conjunto os Pontos 1.7 e 1.8 já que acabam por ser duas faces da mesma moeda. Começando pelo Ponto 1.8, felizmente a TERAMB fechou as contas do ano 2020 com resultados positivos, apresentando lucros. A situação financeira da empresa é boa e está bem encaminhada no seu

percurso mas possui uma dívida junto da Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia que resultou de uma parte de obras que foram feitas durante a construção da incineradora que não estavam financiadas e têm a ver essencialmente com aqueles parques em volta, com a estrada de acesso e um conjunto de outras obras complementares. Esse financiamento está feito a uma taxa de juro bastante elevada mas foi o possível naquela altura. Agora, que a situação da empresa está bastante mais estável e após cinco anos de funcionamento, é necessário substituir partes do sistema de vapor, peças que são caras e obrigam a um investimento relativamente grande, e chegou-se à conclusão que será mais favorável pagar integralmente a dívida existente, fazendo um novo empréstimo que será eventualmente maior em função das reais necessidades de substituição de peças durante este próximo ano.

Estamos aqui a fazer um pedido com duas vertentes, ou seja, a reformulação do empréstimo para obtermos juros mais vantajosos e, eventualmente, elevar esta dívida até aos 800 mil euros, embora espero que não seja preciso metade nem a quarta parte deste valor. Procura-se deixar aqui liberdade suficiente à empresa para poder reformular os seus próprios sistemas e garantir o bom funcionamento da instalação.

Não se registando mais intervenções, o documento constante do Ponto 1.7 foi posto à votação e aprovado por maioria com 35 votos a favor (22 do PS, 12 do PSD e 1 da d. m. independente) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.8 – Aprovação das contas da TERAMB, EM relativas ao ano de 2020. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Creio que esta matéria ficou devidamente enquadrada no Ponto anterior e apenas se dá conhecimento do resultado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento das contas da TERAMB relativas ao ano 2020.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Solicito que nos sejam fornecidas algumas notas explicativas acerca da relevância das medalhas de mérito municipal ou das insígnias atribuídas pelo município para percebermos melhor o contexto e a importância relativa de algumas destas nomeações porque é inevitável que não conheçamos todas as instituições em causa, as pessoas e os motivos das respetivas homenagens. Assim sendo, solicito à Mesa e à Câmara que, consoante os casos, nos deem uma nota explicativa breve acerca do motivo, já que tivemos acesso ao currículo e ao conteúdo dos votos através da documentação fornecida por esta Assembleia.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Penso justificar-se o que foi solicitado pelo meu colega deputado Luís Rendeiro e gostaria de deixar uma preocupação exclusivamente pessoal sem comprometer o meu grupo parlamentar.

Sem pôr em causa o mérito das pessoas ou instituições aqui homenageadas, porque não tenho o direito de o fazer e nem as conheço, receio que uma proliferação tão grande de atribuição de insígnias possa banalizar os motivos e aquilo que deverão ser as distinções da nossa autarquia àqueles que realmente se destacaram na nossa comunidade. Esta minha apreciação pode parecer injusta mas deixo-a aqui apenas no sentido preventivo. É necessário muito rigor para que não deixemos banalizar a atribuição destas insígnias, correndo o risco de, qualquer dia, as pessoas acabarem por não lhes dar o devido valor.

Sr. presidente da Câmara – Partilho esta preocupação manifestada pelo senhor deputado Joaquim Ponte porque estamos manifestamente com muitas medalhas. Esta tem sido uma questão recorrente que também resulta da própria dinâmica e do debate que se gera em torno destas matérias e talvez a solução passe pela alteração do regulamento de medalhas por parte desta Assembleia como já foi feito por alguns municípios, estabelecendo um limite anual para cada classe, obrigando-nos a ser seletivos. Neste momento é possível atribuir qualquer número de medalhas e sem desprimor ou demérito para quem propõe ou recebe, não fará mal pensar-se numa alteração do respetivo regulamento.

Em relação às duas primeiras atribuições, trata-se de dois órgãos de comunicação social da, já escassa imprensa escrita em língua portuguesa que resta nos Estados Unidos que tem sido uma mais-valia. São os grandes divulgadores nas comunidades daquele país que leem em português acerca das Sanjoaninas e da atividade que decorre no nosso município.

Um destes órgãos de comunicação social completou já os 50 anos de existência e o outro aproxima-se dessa idade. São os últimos com alguma dimensão e uma longa tradição secular de publicação em imprensa da língua portuguesa nos Estados Unidos que, infelizmente, se aproxima do fim, por isso são merecedores de toda a consideração e homenagem por parte do nosso município.

1.9 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural ao jornal “Portuguese Times” pela divulgação da língua portuguesa e cultura nos Estados Unidos da América. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição da medalha proposta foi aprovada por unanimidade.

1.10 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural ao jornal “Tribuna Portuguesa” pela divulgação da língua portuguesa e cultura nos Estados Unidos da América. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A atribuição da medalha proposta foi aprovada por unanimidade.

1.11 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Mário Martinho de Lima Teixeira pela sua atividade na área da tauromaquia. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Este senhor tem-se distinguido na Califórnia na área da tauromaquia e na manutenção de um conjunto de tradições nossas num ambiente completamente diferente e crescentemente alheado destas matérias. Foi publicado recentemente um livro com a sua biografia e trata-se de uma pessoa com um percurso notável que merece a consideração do município.

A atribuição da medalha em causa foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.12 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Cultural a Luís Fagundes Duarte pelo seu percurso como filólogo. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma pessoa sobejamente conhecida que se retirou da atividade académica neste último ano, fixou residência cá e tem vindo a ser uma referência da cultura, em particular na área da literatura e da filologia ao nível do país e do nosso concelho. Esta é uma distinção bem merecida

Aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.13 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Zita Simões Rego do Carmo de Sousa Lima pela atividade de solidariedade. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Esta apresentação é um pouco dispensável porque todos conhecem a Dona Zita Lima, uma mulher que ao longo de muitas décadas teve uma presença fortíssima na área cultural, na rádio e na filantropia onde se tornou mais conhecida com um trabalho notável na Liga Portuguesa contra o Cancro.

A atribuição da medalha em causa foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.14 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Filantrópico a António da Fonseca Marcos pela sua atividade na área da solidariedade. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Estamos perante uma pessoa que, decerto, todos conhecem. O António da Fonseca Marcos foi durante algumas décadas o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e deixou também um notável trabalho feito na área da filantropia.

Aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.15 – Atribuição de Medalha de Mérito Municipal Profissional a João Saavedra Ornelas Bruges da Cruz pelo seu percurso profissional. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – O João Bruges da Cruz foi o pioneiro da televisão nos Açores. Foi o iniciador da RTP Açores e um dos seus dirigentes durante muito tempo.

Aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.16 – Atribuição de Medalha de Honra da Cidade a Carlos Alberto de Meneses Moniz pelos serviços prestados ao Município na área da música. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de uma pessoa sobejamente conhecida que, durante muitos anos, foi o principal autor de marchas das Sanjoaninas. São 50 anos de carreira com uma contribuição de grande visibilidade a nível local e nacional.

A medalha proposta foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.17 – Atribuição de Medalha de Honra da Cidade à Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo pelos serviços distintos prestados na área financeira ao serviço do desenvolvimento do município. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – A Caixa Económica da Misericórdia é uma instituição extremamente relevante da nossa cidade que completa este ano 120 anos de atividade.

A atribuição da medalha proposta foi aprovada por unanimidade.

1.18 – Atribuição de Voto de Louvor a João da Silva Guiod de Castro pelo relevante percurso na área do Karaté. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Este Voto de Louvor é atribuído a João Guiod de Castro por um percurso notável na área das artes marciais.

O Voto de Louvor constante do Ponto 1.18 foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

Sr. presidente da Câmara – Se o senhor presidente da Mesa mo permite, farei a apresentação conjunta dos Pontos 1.19 e 1.20.

A Sandra Costa e o João Pedro Cardoso foram chefes de divisão na Câmara Municipal durante quase duas décadas e ao longo desse percurso muito deram para o bom funcionamento dos serviços que tiveram a seu cargo. A Sandra Patrícia Costa esteve sempre ligada às áreas da cultura e da ação social e o João Pedro Cardoso foi chefe da Divisão Financeira e de Recursos Humanos ao longo de muitos anos. É com muita justiça que a Câmara Municipal louva o desempenho de ambos na gestão de dois setores importantes da nossa atividade.

1.19 – Atribuição de Voto de Louvor a Sandra Patrícia Vieira Costa pela dedicação e disponibilidade que revelou no exercício das suas funções de Chefe de Divisão da Unidade de Cultura e Desenvolvimento Socioeconómico e da Unidade de Cultura e Apoio Social. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Voto de Louvor constante do Ponto 1.19.

1.20 – Atribuição de Voto de Louvor a João Pedro Mendes Menezes Cardoso pela dedicação e disponibilidade que revelou no exercício das suas funções de Chefe Divisão da Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Voto de Louvor constante do Ponto 1.20.

1.21 – Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Vasco Mont'Alverne de Sequeira. Para aprovação da Assembleia Municipal que também se associa ao voto em questão.

Sr. presidente da Câmara – É uma pessoa sobejamente conhecida de todos e muitos dos que estão nesta sala, seguramente terão sido seus explicandos na atividade que manteve. O Manuel Mont'Alverne de Sequeira teve um percurso deveras notável na nossa cidade e

merece todo o nosso respeito e consideração. Infelizmente, estamos a atribuir-lhe um Voto de Pesar, o que é de lamentar.

Sra. d. m. Marília Vargas – Senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas deputados, bom dia a todos.

Conheci desde sempre o senhor Mont'Alverne, uma pessoa carismática com uma personalidade muito forte que transmitiu os seus conhecimentos de matemática e física, pelo menos a três gerações. Fica-nos o consolo de sabermos que viveu uma vida plena, deixando filhos, netos e bisnetos. O grupo municipal do PS associa-se a este voto e expressamos à família os nossos sentimentos de pesar.

Sra. d. m. Brites Cunha – O CDS-PP expressa também aqui os seus votos de pesar pelo falecimento do senhor Mont'Alverne. Na Conferência de Líderes antes desta sessão da Assembleia fiquei com a ideia de que este voto poderia ser apresentado em conjunto por todos os grupos parlamentares.

A matemática foi sempre o grande busílis da minha vida académica e o pouco que retive devo-o ao senhor Manuel Mont'Alverne, um homem com um sentido de humor muito refinado e um carácter frontal que tratava com justiça todas as situações que lhe apareciam. Por detrás daquela figura austera era um homem muito próximo e amigo. Os meus pais, eu e os meus irmãos fomos seus explicandos e conheço muito bem a sua família a quem deixo, em meu nome e da parte do CDS-PP, uma palavra de conforto, solidariedade e amizade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É, de facto, com profunda tristeza que vemos partir uma personalidade tão emblemática como o senhor Manuel Vasco Mont'Alverne. Tive também o privilégio de ser mais um dos seus muitos explicandos e conheço-o desde pequenino já que, para além da sua atividade como explicador de matemática, foi funcionário, colega do meu pai e gerente bancário na Caixa Económica da Misericórdia que hoje foi aqui homenageada.

Serão sempre poucas e injustas as palavras para recordar o homem que era como pedagogo e comunicador com um elevado sentido de humor e rigoroso nas suas explicações. Aqueles alunos que não percebiam as coisas à primeira, viam-se obrigados a um maior empenho porque o reforço negativo e o positivo faziam-se sentir, não pelas vias do cão de Pavlov mas através do seu sentido de humor e acutilância na forma como nos fazia rir ou a corar de vergonha aqueles que menos se empenhavam na aprendizagem e no estudo que promovia. Era um homem de figura forte com uma presença marcada e fantástica e um sentido de humor muito acutilante com quem se gostava de estar. Partiu e é com tristeza e saudade que o lembramos aqui hoje. Em nome do grupo municipal do PSD, quero apresentar à família as mais sentidas condolências.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Sinto um pouco a obrigação de intervir também neste Voto de Pesar. Fui aluno do senhor Manuel Vasco Mont'Alverne, seu amigo e também companheiro em algumas viagens que fizemos em família e noutras para assistirmos a corridas de touros em Espanha e quando já não podíamos viajar, víamo-las na televisão. Há pouco manifestei a minha preocupação pela banalização da atribuição de medalhas e louvores mas o senhor Mont'Alverne merece ser distinguido de forma absolutamente inquestionável porque, ao longo da sua vida, cumpriu de forma exemplar os seus deveres e obrigações. Devemos ser distinguidos quando nos diferenciámos dos outros e fomos capazes de fazer algo mais. A meu ver, o senhor Manuel Mont'Alverne foi um desses casos porque se ultrapassou a si próprio, fez mais do que lhe era pedido, fez bem à comunidade, à sua família

e aos seus amigos. Recordo com muita saudade a sua ausência, já cumprimentei a família mas volto a deixar aqui o meu registo de solidariedade.

Sra. d. m. Marília Vargas – Na sequência da intervenção da senhora deputada Brites Cunha, foi realmente falado na Conferência de Líderes que este Voto de Pesar poderia ser subscrito por toda a Assembleia.

Sr. presidente da Mesa – Este Voto de Pesar é apresentado na Ordem de Trabalhos por proposta da Câmara Municipal mas julgo que poderá ser subscrito por todos os grupos parlamentares e essa referência será obrigatória quando o mesmo for endereçado à família.

Gostaria de dizer que perdi um amigo, um vizinho de mais de trinta anos, um conselheiro, um grande homem. Curvo-me perante a memória do senhor Manuel Mont'Alverne.

Terminadas as intervenções, o Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Vasco Mont'Alverne de Sequeira constante do Ponto 1.21, foi aprovado por maioria.

2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Por acordo com a Câmara Municipal e todos os líderes dos grupos parlamentares é proposta, a título póstumo, a atribuição da medalha de Mérito Municipal Filantrópico a Elvino dos Reis Leonardo Lourenço. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa – A Junta de Freguesia da Terra Chã enviou uma proposta de homenagem a Elvino Reis Leonardo Lourenço a qual, por confusão minha, não interpretei corretamente na última Conferência de Líderes. Após conversa tida com o senhor presidente da Câmara e com o senhor presidente da Junta de Freguesia, trata-se de uma proposta para que a Assembleia Municipal atribua a Elvino Lourenço uma medalha de mérito municipal. Posteriormente, a Câmara poderá proceder à sua aprovação para que a mesma seja atribuída no dia da cidade.

Sr. presidente da Câmara – Consultados os meus colegas da Câmara, considerámos por unanimidade que se deve atribuir a Medalha de Mérito Filantrópico, aquela que corresponde à atividade exercida pelo falecido Elvino Lourenço. A Câmara Municipal associando-se, fica aqui expressa a aprovação dos dois órgãos.

Sr. presidente da Mesa – *«Elvino dos Reis Leonardo Lourenço esteve, desde muito cedo, ligado à vida associativa e política. Era uma pessoa cordial, pacata e de largo consenso ao seu redor com um forte sentido de serviço à comunidade nas mais diversas vertentes. A sua morte inesperada e precoce deixa, em muitos lugares onde esteve ou passou, uma saudade para além de um sentimento do muito que ainda poderia contribuir para a cidadania ativa que tanto acarinhava.*

Elvino Lourenço fez parte de várias direções da Sociedade Musical Recreio da Terra Chã, ocupando os mais diversos cargos e foi seu presidente por diversas vezes em mandatos consecutivos. Fez também parte das direções da Casa do Povo da Terra Chã, ocupando diversos cargos na instituição, e foi um dos sócios fundadores do antigo Clube Desportivo de Belém, tendo sido seu presidente e ocupado também diversos cargos naquela instituição. Fez parte de muitas e variadas comissões de festas em hora do Divino Espírito Santo, tanto no Império do Terreiro como no Império do Conjunto Habitacional da Terra Chã e foi um dos

fundadores do jornal do núcleo do PSD na freguesia da Terra Chã onde assumiu funções de diretor, redator e paginador.

Desde cedo ligado à política e filiado no Partido Social Democrata, Elvino Lourenço fez parte das diversas listas concorrentes às juntas de freguesia, tendo, em determinada altura, sido também cabeça de lista. Neste capítulo fez parte de diversas assembleias de freguesia, sendo que, até à sua inesperada e precoce partida deste mundo, era presidente da Assembleia de Freguesia pelo PSD, partido vencedor das eleições à Junta de Freguesia.

Elvino dos Reis Leonardo Lourenço foi ainda membro dos órgãos sociais da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, treinador das várias camadas jovens do Lusitânia e do Clube Desportivo de Belém, árbitro da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e um dos fundadores do Grupo de Futebol de Veteranos da Terra Chã onde fez parte da direção e foi treinador da equipa.»

A atribuição da medalha proposta foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto.

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h55m do dia 15 de junho de 2021, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos